

# O que importa na mudança

**INSTALADA** a Constituinte, inaugura-se a transição. E a Nação tem que pagar um preço certo por sua vontade de mudar; e não é possível regatear. O preço da mudança é a tenacidade. A tenacidade que conjuga o empenho e a paciência.

A CONSTITUINTE não é, nem será um exercício da democracia direta, experiência impossível na escala de uma Nação inteira e, por isso mesmo, de há muito esgotada. O poder extraordinário e praticamente ilimitado de que a Constituinte goza não sofre tanto dano ou prejuízo pelo fato de ser, nos termos da emenda que a convocou, um Congresso Constituinte. Mas sofre, inevitavelmente, com o equívoco de se tomar a Constituinte — qualquer Constituinte, aliás — por uma assembleia geral de 130 milhões de brasileiros, depois de se ter feito a opção pelo sistema eleitoral que conduz inexoravelmente à democracia representativa.

MESMO, pois, que tivéssemos a chamada Constituinte exclusiva, ou que o atual Congresso Constituinte se transformasse em Assembleia Nacional Constituinte, teríamos uma limitação intrínseca ao sistema eleitoral e à forma representativa do Governo: a limitação dos mandatos.

CADA constituinte leva consigo uma parte do povo brasileiro, quantitativamente limitada e qualitativamente diferenciada. Cada constituinte é complementado pelos demais, de quaisquer tendências que se-

jam e quaisquer que sejam os partidos a que pertencem. Cada constituinte tem suas convicções, comungadas, em maior ou menor medida, por grupos sociais; cada constituinte é patrocinador de interesses. Constituinte algum pode, assim, sem fantasia desvaivada ou arrogância insana, dar-se como a síntese acabada do povo brasileiro, maioria e minorias.

COMPLEMENTARES entre si, os atuais constituintes precisam atinar com esta característica radical dos respectivos mandatos: foram mandatados para compor-se, para entender-se, para elaborar o acordo nacional que se consubstancia numa Constituição.

E A COMPOSIÇÃO, o entendimento, tornam-se mais penosos, desafiando engenhos e exigindo tenacidade a toda prova, na hora em que começa a transição: entre o que era, que já não é mais, e o que vai ser, mas é ainda desconhecido, porque também ainda não despontou.

É A HORA privilegiada das utopias, ingrediente imprescindível da opção sincera e determinada pela mudança e agente de todos os avanços históricos. Mas hora também do risco: risco de desatenção ao real, risco de paranóias voluntaristas e de panacéias jurídicas. E só no embate parlamentar, na negociação trabalhada, nesse senso de complementaridade dos mandatos constituintes é que se obtém o decantamento

dessas utopias, separando-as, quer dos sonhos que costumam levar ao cinismo político, quer da massificação impulsiva, com que costumam se armar os discredicionados.

O TRABALHO dos lobbies é democraticamente legítimo, socialmente irrepreensível e muitas vezes louvável como instrumento de salvaguarda dos direitos de minorias; sem se perder de vista, entretanto, que uma Constituição não pode abarcar tudo, sob pena de descambar para um regulamento de internato, em que a escala de valores é ofuscada pelo formalismo legal. A mobilização de massas, como já se viu no domingo, também faz sentido, no intuito de dar voz e vez a maiorias tantas vezes ignoradas, até o limite da flagrante diferença existente entre uma Constituinte e uma assembleia de categoria trabalhista — sobretudo dessas que praticam o expediente duvidoso das votações por aclamação.

ALGUNS decepcionou a instalação da atual Constituinte sem gestos patéticos de ruptura com o passado, sem a vitória da iniciativa de se declarar uma Constituinte exclusiva, sem a afirmação de lideranças políticas já bem conhecidas e acatadas e com o tom de aula inaugural de cursos universitários. Talvez porque não puderam ainda afeiçoar-se bem ao que é essencial às mudanças. Para mudar, não é preciso fixar um marco zero. Não é preciso aniquilar o passado; basta substituí-lo, e bem, pelo futuro.